PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PORTARIA N. 0081/2024

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual n. 51, de 2 de janeiro de 2008, combinado com o art. 58, inciso III e arts. 66 a 76 da Lei Federal n. 8.666/1993, com fulcro nos dispositivos do Ato n. 024/2016, e considerando o teor do e-Doc n. 07010642526202477,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Administrativo, titular e substituto, respectivamente, conforme a seguir:

| FISCAL TÉCNICO E ADMINISTRATIVO | | АТА | INÍCIO | ОВЈЕТО |
|---|------------|-----|--------|--|
| Titular | Substituto | | | |
| Daniela de Ulyssea Leal Matrícula n. 99410 | 0321100 | | | Contratação de empresa especializada na confecção de troféus e placas para atender as demandas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Anexo I — Termo de Referência — do Edital do Pregão Eletrônico n.047/2023. |

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do Ato n. 024/2016.

Art. 3º Os fiscais das ARP's designados nesta portaria, bem como os seus substitutos, ficam automaticamente designados para exercerem as funções de fiscais nas contratações delas decorrentes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de janeiro de 2024.

LUCIANO CESAR CASAROTI Procurador-Geral de Justiça



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Assinaturas do documento

Assinado por: LUCIANO CESAR CASAROTI como (lucianocasaroti)

Na data: 31/01/2024 às 15:53:23

SIGN: e4c84820505c22fd1af5123dfa7340b1ed4058bb

URL: https://mpto.mp.br//portal/servicos/checar-assinatura/e4c84820505c22fd1af5123dfa7340b1ed4058bb

Este documento foi assinado eletrônicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas. O mesmo possui amparo legal no ambito do Ministério Público do Estado do Tocantins, segundo o Ato 071/2012 da PGJ.